

Congresso não zera pauta mas saldo é positivo

11 FEV 1993

CORREIO BRAZILIENSE

O Congresso Nacional encerra amanhã sua convocação extraordinária com 95 projetos aprovados, saldo melhor que o esperado, apesar de a votação do Orçamento Geral da União sequer se ter iniciado e as do ajuste fiscal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ainda não estarem concluídas. Desde o dia 16 de dezembro funcionando extraordinariamente, Senado e Câmara aprovaram leis importantes para o País como o projeto de modernização dos portos, da reforma agrária ou da regulamentação do plebiscito. No Senado foram votadas e aprovadas 54 matérias e, na Câmara, 41. Em meio a esse esforço, ocorreu, ainda, a histórica votação do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, no dia 29 de dezembro.

Foram cinco auto-convocações e uma de iniciativa do presidente Itamar Franco. A sessão legislativa passada se encerrou em 15 de dezembro, prazo constitucional, mas nesse dia, os então presidentes do Senado, Mauro Benevides, e da Câmara, Ibsen Pinheiro, baixaram ato convocatório para o período de 16 a 24 de dezembro. As principais matérias da pauta eram o Orçamento, que se não votado impede o recesso parlamentar, e o impeachment. No dia 22 de dezembro os presidentes baixaram mais uma auto-convocação, tendo essas duas matérias como justificativa. Desta vez, a convocação iria até 31 de dezembro.

Com as festas de fim de ano, os parlamentares tiveram um curto recesso, pois no dia 7 de janeiro o

presidente Itamar Franco enviou mensagem ao Congresso convocando-o extraordinariamente para o período de 11 de janeiro a 10 de fevereiro para votação do ajuste fiscal. Dentro desse período, os presidentes da Câmara e do Senado fizeram outras duas auto-convocações para inclusão de outras matérias na pauta. Finalmente, no dia 5 de fevereiro, os novos presidentes Humberto Lucena e Inocêncio Oliveira, determinaram a quinta auto-convocação, extensiva aos dias 11 e 12 de fevereiro.

Apenas em dezembro o Senado aprovou 27 matérias e a Câmara 22, entre as quais a política salarial, do Imposto de Renda, do Conselho Monetário Nacional, organização dos partidos políticos e o que extinguiu o centavo. E

projetos menores como o da criação de cargos no Tribunal Regional do Trabalho ou o que regulamentou a profissão de guia turístico.

"A convocação está plenamente justificada pela importância das matérias apreciadas", disse o ex-presidente Ibsen Pinheiro que comandou a votação da maioria delas. "O Congresso, como um todo, sobretudo a Câmara, se pôrtou à altura das mais altas responsabilidades que lhe foram confiadas", afirmou Inocêncio Oliveira, ao divulgar um balanço do período. Enfatizou as matérias relevantes como ajuste fiscal, LDB, plebiscito, Advocacia Geral da União, reajuste dos servidores públicos, lei dos desportos, Fundo de Participação dos Municípios, reforma agrária, portos etc.